

FOLHA DE S.PAULO

TCE vê problema em contratos de R\$556 mi entre Metrô e Alstom

Contratos de R\$556 milhões do Metrô de São Paulo com a empresa Alstom, que está sob investigação na França, são considerados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Num deles, o Metrô restaurou em 2007 um contrato de 1992 para comprar trens por R\$500 milhões.

Para o TCE, a operação deu prejuízo de R\$70 milhões.

O Metrô diz que economizou R\$100 milhões. (Primeira página)

Metrô fechou R\$ 556 mi em contratos irregulares, diz TCE

Companhia de São Paulo restaura negócio de 1992 com a Alstom e toma prejuízo

Alstom é alvo de apuração na França e na Suíça sob suspeita de pagar propina de US\$ 6,8 milhões para obter negócios com o Metrô

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
MARIO CESAR CARVALHO
DA REPORTAGEM LOCAL

O Metrô de São Paulo tem contratos de R\$ 556 milhões com a Alstom que são considerados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). Em um desses negócios suspeitos, o Metrô restaurou no ano passado um contrato de 1992 para comprar 11 trens ao custo de R\$ 500 milhões.

Noutro negócio, houve cinco aditivos ilegais a um contrato de 1994, que, assim, continuou em vigor por 13 anos, para equipar um centro de controle operacional. O Metrô vai abrir sindicância para apurar se houve prejuízos à companhia.

No caso da compra dos trens, o TCE aponta que o Metrô teve um prejuízo, estimado em R\$ 70 milhões, ao ressuscitar um contrato de 1992. A razão do prejuízo é simples. No contrato de 1992, quem se encarregava do pagamento de impostos era a fornecedora.

Quando o governo importa diretamente os trens, como ocorreu numa licitação do ano passado, ele paga 14% a menos de impostos. Em tese, o governo poderia ter incluído os trens de R\$ 500 milhões nessa licitação. Mas o Metrô preferiu estender o contrato antigo.

O conselheiro do TCE Eduardo Bittencourt Carvalho escreveu

FOLHA DE S. PAULO

em seu parecer que não entendeu por que o Metrô havia optado pelo negócio que considera lesivo: "(...) ainda não está claramente elucidada a razão de interesse público que levou a companhia [o Metrô] a optar por esse vultuoso aditamento a um contrato celebrado há mais de 15 anos". O Metrô já apresentou defesa e aguarda a decisão do TCE.

Como a tecnologia mudou nas últimas décadas, o Metrô teve de fazer manobras ao ressuscitar um contrato de 1992. A empresa pede mudanças no sistema de tração, no freio, nas portas automáticas, no sistema de engate e exige inclusão de ar-condicionado, de detector de incêndio, de mapas computadorizados e indicação luminosa para deficientes físicos.

A Alstom é investigada na França e na Suíça sob suspeita de ter pago propina de US\$ 6,8 milhões para obter negócios de US\$ 45 milhões do Metrô. Uma das suspeitas dos promotores que cuidam do caso, revelado pelo "The Wall Street Journal", é que a Alstom pagou comissão a políticos brasileiros.

O uso de contratos antigos do Metrô com a Alstom, sem uma explicação razoável, virou motivo de deboche no Tribunal de Contas. É o que ocorreu com o processo para equipar um Centro de Controle Operacional. O contrato original, assinado em 1994, previa o gasto de R\$ 17 milhões (em valores atuais). O Metrô fez 12 aditivos -o termo técnico para os negócios adicionais. Após as mudanças, o valor original do negócio foi triplicado -chegou a R\$ 56 milhões.

Em 14 de setembro de 2004, o conselheiro do TCE Edgard Rodrigues partiu para ironia em um despacho: "Ora, não é de se supor que o Metrô esteja funcionando esse tempo todo sem o CCO [Centro de Controle Operacional]. Ele está lá. Esse é um contrato que parece não ter fim. É de se estranhar que para implantar um CCO se leve dez anos".

Outro contrato de cerca de R\$ 742 milhões, assinado neste ano, é contestado na Justiça. O consórcio perdedor, integrado pela Thales Rail (França), e pela Tejofran, diz que o Metrô aceitou contratar a Alstom apesar de haver 12 inconsistências na proposta da empresa.

FOLHA DE S.PAULO

SP e Alstom têm contratos de R\$ 7,6 bi, diz PT

DA REPORTAGEM LOCAL

O governo do Estado assinou 139 contratos -num total de R\$ 7,6 bilhões- com o grupo Alstom de 1989 até 2008, segundo levantamento da liderança do PT na Assembléia. Segundo a análise, seis deles foram considerados irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado).

A soma de cinco contratos -um não teve valor declarado- chega a R\$ 1,378 bilhão. Um deles, por exemplo, foi assinado em 2002 pela CPTM por R\$ 154,7 milhões.

O PT pesquisou, no site do TCE, os contratos entre as 39 empresas do grupo e toda a administração. O valor original foi corrigido pelo IGP-DI.

Segundo a análise, 77 contratos (R\$ 3,1 bilhões) foram assinados durante o governo Alckmin. Outros 40 são do governo Covas. Pelo menos quatro deles, um de 1989, foram aditados no governo Serra.

Dizendo-se disposto a "investigar a relação da Alstom com o tucanato", o líder do PT, Roberto Felício, apontou a trajetória do presidente da CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), José Colombo Martini, como exemplo das "ligações perigosas".

Segundo seu currículo, Martini foi diretor da Alstom e da Cegelec, empresa do grupo, de 1996 a 1999. Em 1999, assumiu a presidência da CTEEP, que ocupa até hoje, mesmo após a privatização.

Desde 1999, a CTEEP assinou 47 contratos com o grupo, somando R\$ 333 milhões. Em nota, a CTEEP afirma que "está à disposição dos órgãos competentes para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito de investigações de contratos com fornecedores da companhia, quando for solicitada".

O governo do Estado não se manifestou.

(Folha de S.Paulo, Folha Brasil, 16/05/2008, p. A-8)

CONTRATOS ENTRE O METRÔ E A ALSTOM

Gastos questionados entre as empresas

O que foi contratado	Compra de 11 vagões de trens	Implantação de sistemas de controle no CCO	Sistema de telecomunicações em 3 linhas
Ano original do contrato	1992	1994	2008
Quando foi ressuscitado	2007	2001 (último aditivo)	-
Valor gasto	R\$500 mi	R\$56 mi	R\$742 mi
O que diz o TCE	<i>Metrô deveria ter Contrato rejeitado por Ainda não julgado feito nova licitação prorrogações irregulares</i>		

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDO O TCE

“Ora, não é de se supor que o Metrô esteja funcionando esse tempo todo sem o CCO. Ele está lá. Esse é um contrato que parece não ter fim. É de se estranhar que para implantar um CCO se leve dez anos.”

EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Conselheiro do TCE, sobre contrato do Metrô com a Alstom para serviços no Centro de Controle Operacional

outro lado

Metrô diz que economizou R\$ 100 milhões

DA REPORTAGEM LOCAL

O Metrô afirma que economizou cerca de R\$ 100 milhões ao restaurar um contrato de 1992 para comprar 16 trens em 2007. A economia foi obtida quando se compara os preços da Alstom com o de outros fornecedores, informa a empresa.

"O preço contratado no aditivo em referência está aproximadamente R\$ 100 milhões mais barato do que o orçamento então elaborado", diz nota do Metrô.

Ainda de acordo com a companhia, houve uma economia adicional de 23% por causa da queda do dólar no ano passado e neste ano.

O contrato de 1992 previa a compra de 22 trens, mas só 11 foram entregues, informa a empresa. O Metrô decidiu então encomendar os 11 que faltavam e acrescentou outros cinco trens, "fundamentais para o atendimento da expansão da linha 2".

Ainda de acordo com o Metrô, não é irregular o contrato com a Alstom para a construção do Centro de Controle Operacional, que durou de 1994 a 2007. Os acréscimos deverão ser invalidados, mas a Alstom não vai devolver recursos porque "não houve indício de superfaturamento ou de irregularidades financeiras".

Uma comissão de sindicância apura quem seriam os responsáveis pelas irregularidades, segundo a assessoria da empresa. Sobre os questionamentos feitos pelo consórcio Thales/Tejofran, diz que todos foram descartados e que o Banco Mundial avalizou os termos da proposta da Alstom. A Alstom não quis se pronunciar sobre os negócios que a empresa fez com o Metrô que foram considerados irregulares.